



Prezados leitores,

Em fevereiro de 2025, apresentamos a 82ª edição da Revista Acadêmica Digital Souza EAD. Nesta edição, abordaremos temas de grande importância e relevância para a atualidade. Os tópicos incluem saúde da população, segurança no trabalho, educação, história, filosofia, geografia, desenvolvimento sustentável, além de análises sobre a estrutura do sistema de justiça penal.

Na tentativa de esclarecer os direitos dos conveniados do sistema de saúde suplementar, o autor Amadeu Jáder Gonçalves, faz considerações pertinentes em seu artigo **“SAÚDE SUPLEMENTAR NO BRASIL: ENFRENTAMENTO AO CÂNCER DE MAMA TRIPLO NEGATIVO”**. A pesquisa busca identificar em quais momentos o paciente oncológico deverá buscar o Poder Judiciário, por violação dos seus direitos, para garantir o adequado tratamento para a melhora do quadro clínico.

A pesquisa liderada pelo professor da Universidade Federal de Mato Grosso, Arthur Afonso Bitencourt Loureiro, em parceria com a professora Gabriella Gomes Pereira e o pesquisador Luiz Fernando Hencke, intitulada **“IDENTIFICAÇÃO E CONTROLE DE RISCOS EM OBRAS DE PEQUENO PORTE”**, traz uma análise dos principais desafios para a efetivação de medidas de segurança, evidenciando o uso correto de equipamentos de proteção individual e coletiva, além da importância da implementação de práticas preventivas.

No artigo **“A IMPORTÂNCIA DO RELATO INTEGRADO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DO CENTRO-OESTE NO FORTALECIMENTO DO CONTROLE EXTERNO”**, de autoria de Filipe Rodrigues de Oliveira, é apresentada uma análise da importância do Relato Integrado, conforme a Instrução Normativa TCU nº 84/2020, na transparência e no fortalecimento do controle externo em Universidades Federais do Centro-Oeste do Brasil.

O autor Guilherme de Andrades, com o artigo **“A POSSE DE TERRAS E A REPRESSÃO DURANTE A DITADURA MILITAR NO BRASIL”**, faz uma análise dos aspectos relacionados à questão de posse territorial e repressão, com a intencionalidade de apontar a participação da extrema direita brasileira na tortura e sua mentalidade no uso de terras com vista ao lucro.

Os pesquisadores Marcos Carlos Vieira dos Santos e Maria Inês Crnkovic Octavian, destacam, em seu artigo **“O ESTUDO DE FILOSOFIA NO ENSINO MÉDIO: CONTRIBUIÇÕES DO DESIGN INSTRUCIONAL E DAS MÍDIAS DIGITAIS NA PROMOÇÃO DO ENGAJAMENTO DO ALUNO”**, como o design instrucional e as mídias digitais podem tornar mais atrativa a disciplina de Filosofia no Ensino Médio, evidenciando a necessidade de um profissional *designer* instrucional nos estabelecimentos de ensino.

A pesquisa intitulada **“SUSTENTABILIDADE E GEOGRAFIA AMBIENTAL”** de autoria da Maria de Jesus Ramos de Farias, destaca a importância da educação geográfica para a sustentabilidade ambiental, com foco nas metodologias que podem ser aplicadas no ensino da geografia e nos desafios enfrentados por educadores no contexto atual, destacando a necessidade de investimento em políticas públicas que

apoiem a formação de professores e a disponibilização de materiais didáticos atualizados.

A autora Maria Eduarda Hernandez Zen, com o artigo “**O USO DO ENSINO NATURALÍSTICO NO TRABALHO DE CRIANÇAS COM TEA**”, destaca o uso do ensino naturalístico, utilizando reforçadores que naturalmente estão presentes na vida da criança, no trabalho clínico de crianças com TEA.

No artigo de Víctor Luna Vidal, intitulado “**LICITAÇÕES E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UM ESTUDO DAS LEGISLAÇÕES DO BRASIL E DE PORTUGAL**”, o autor analisa as transformações nas legislações de licitações e contratos administrativos no Brasil e em Portugal, focando na incorporação do princípio do desenvolvimento sustentável, destacando a necessidade de mecanismos sancionatórios mais específicos para garantir a efetividade dos compromissos sustentáveis nas contratações públicas, alinhando as práticas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU.

Com a autoria de Antônia Laísa Coelho Braz, o artigo “**O SISTEMA DE JUSTIÇA PENAL SOB A ÓTICA DO ACUSADO: OS ESTIGMAS DECORRENTES DO DIREITO PENAL SANCIONADOR**”, traz uma análise das variáveis que constituem obstáculos à efetivação de uma verdadeira justiça penal, pois os direitos básicos, como saúde, educação, moradia e trabalho, devem ser alvo de asseguramento como é o direito penal sancionador.

Visto isso, continuamos comprometidos em fornecer trabalhos de excelência que contribuam para o avanço do conhecimento científico. Desejamos que aproveitem a leitura.

Marcos Alexandre de Souza
Diretor Geral